

Adami S.A. -  
Madeiras

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2020 e 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
R. São Paulo, 31 - 1º andar - Sala 11 - Bairro Bucarein  
89202-200 - Joinville/SC - Brasil  
Caixa Postal 2077 - CEP 89201-970 - Joinville/SC - Brasil  
Telefone +55 (47) 3205-7800  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da**  
**Adami S.A. - Madeiras**  
Caçador - SC

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Adami S.A. - Madeiras (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Adami S.A. - Madeiras em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Ativos biológicos mensurados pelo valor justo menos despesas de venda

Consulte as notas explicativas 3.g e 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia possui o montante de R\$ 332.330 mil reconhecido como ativo biológico em 31 de dezembro de 2020. Os ativos biológicos são formados, principalmente, por florestas de pinus, normalmente utilizados no processo produtivo da Companhia, ou para comercialização à terceiros, e são mensurados ao valor justo deduzido das despesas de venda.</p> <p>A determinação do valor justo desses ativos contém incertezas relacionadas às premissas utilizadas, na determinação dos fluxos de caixa futuros, em especial o preço médio líquido de venda, o índice de crescimento das florestas e a taxa de desconto.</p> <p>Mudanças nas premissas utilizadas para determinar o valor justo desses ativos podem impactar significativamente o montante da estimativa reconhecida nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>Pelos motivos acima mencionados, consideramos este assunto como sendo significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em mensuração de valores justos de ativos biológicos, das premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, e comparação com informações históricas disponíveis e com dados observáveis de mercado normalmente utilizadas neste setor.</p> <p>Avaliamos ainda se as divulgações referentes à mensuração dos ativos biológicos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos de ativos biológicos e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.</p>

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville, 16 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



André Luiz de Godoy  
Contador CRC PR-050218/O-0 T-SC

**Adami S.A. - Madeiras**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	67.749	125.972	74.793	128.363	Fornecedores		72.608	78.373	73.558	79.109
Aplicações financeiras	6	103.585	72.645	104.585	72.645	Empréstimos e financiamentos	17	149.843	91.074	153.264	94.109
Contas a receber de clientes	7	132.347	66.731	132.347	66.731	Debêntures	18	35.742	36.165	35.742	36.165
Estoques	8	79.952	74.672	80.153	74.736	Salários e encargos sociais		17.967	17.243	17.967	17.243
Impostos a recuperar	9	10.654	6.625	10.654	6.625	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		4.222	27.001	4.222	27.001
IRPJ e CSLL à recuperar	10	34.830	73.653	34.830	73.653	Adiantamento de clientes		2.155	398	2.155	398
Ativos biológicos	11	61.925	47.336	61.925	47.336	Impostos e contribuições a recolher	20	2.989	44.925	3.148	45.090
Outras contas a receber		16.344	15.497	17.440	16.524	Instrumentos financeiros derivativos	28.c	6.104	5.617	6.104	5.617
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	1.902	-	1.902	-	Arrendamento mercantil	21	13.091	7.782	13.091	7.782
						Outras contas a pagar		21.767	13.698	21.771	13.757
		509.288	483.131	518.629	486.613			326.488	322.276	331.022	326.271
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Impostos a recuperar	9	105.127	98.267	105.127	98.267	Empréstimos e financiamentos	17	339.478	281.723	379.091	311.115
IRPJ e CSLL à recuperar	10	10.728	34.670	10.728	34.670	Debêntures	18	52.941	88.235	52.941	88.235
Depósitos judiciais	12	6.218	6.544	6.218	6.544	Impostos e contribuições a recolher	20	1.514	2.430	1.514	2.430
Dividendos a receber	14	3.974	711	3.605	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	119.341	113.111	119.341	113.111
Fundo de investimentos em direitos creditórios	27	8.906	10.109	8.906	10.109	Provisão para contingências	12	14.597	10.727	14.597	10.727
Outras contas a receber		-	368	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	28.c	1.011	7.442	1.011	7.442
Instrumentos financeiros derivativos	28.c	750	457	750	457	Arrendamento mercantil	21	44.768	38.583	44.768	38.583
Mútuos com partes relacionadas	19.b	3.180	7.951	3.180	3.451	Outras contas a pagar		25.438	18.585	25.438	18.585
Contas reserva BNDES		-	-	1.387	-			599.088	560.836	638.701	590.228
Investimentos	14	71.690	49.034	55.824	35.067	<b>Patrimônio líquido</b>					
Ativos biológicos	11	270.405	233.940	270.405	233.940	Capital social		165.000	104.909	165.000	104.909
Ativo de direito de uso	16	58.456	43.863	58.456	43.863	Ajustes de avaliação patrimonial		136.443	158.792	136.443	158.792
Imobilizado	15	475.585	471.784	525.239	521.235	Reservas de lucros		297.288	294.016	297.288	294.016
		1.015.019	957.698	1.049.825	987.603			598.731	557.717	598.731	557.717
<b>Total do ativo</b>		<b>1.524.307</b>	<b>1.440.829</b>	<b>1.568.454</b>	<b>1.474.216</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.524.307</b>	<b>1.440.829</b>	<b>1.568.454</b>	<b>1.474.216</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Receita operacional líquida</b>	23	909.081	867.964	918.591	877.293
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(540.817)</u>	<u>(620.360)</u>	<u>(542.757)</u>	<u>(622.886)</u>
<b>Lucro bruto</b>		368.264	247.604	375.834	254.407
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Vendas	24	(134.599)	(110.546)	(134.599)	(110.546)
Administrativas	24	(58.866)	(78.691)	(61.388)	(80.703)
Resultado da equivalência patrimonial	14	16.733	9.364	15.176	6.299
Outras receitas e despesas	25	<u>918</u>	<u>46.872</u>	<u>917</u>	<u>46.873</u>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		192.450	114.603	195.940	116.330
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	26	81.481	132.593	81.542	132.623
Despesas financeiras	26	<u>(199.361)</u>	<u>(144.768)</u>	<u>(202.609)</u>	<u>(146.223)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		74.570	102.428	74.873	102.730
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	(2.980)	20.767	(3.283)	20.465
Imposto de renda e contribuição social corrente	13.b	<u>(15.428)</u>	<u>17.922</u>	<u>(15.428)</u>	<u>17.922</u>
<b>Resultado do exercício</b>		<u>56.162</u>	<u>141.117</u>	<u>56.162</u>	<u>141.117</u>
<b>Lucro líquido por ação - básico de diluído</b>				<u>0,26</u>	<u>0,66</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Resultado do exercício</b>		56.162	141.117	56.162	141.117
Hedge accounting	28.b	(27.052)	15.277	(27.052)	15.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos		9.198	(5.194)	9.198	(5.194)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<u>38.308</u>	<u>151.200</u>	<u>38.308</u>	<u>151.200</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Adami S.A. - Madeiras

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Legal	Retenção	Lucros a realizar	Custo atribuído	Hedge accounting		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	104.909	12.918	50.974	123.901	167.536	(14.080)	-	446.158
Distribuição dividendos	22.b	-	(4.600)	-	-	-	-	(4.600)
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	(4.747)	-	4.747	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	11.b	-	-	(22.310)	-	-	22.310	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	11.b	-	-	28.420	-	-	(28.420)	-
Hedge accounting líquido de tributos	28.b	-	-	-	-	10.083	-	10.083
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	141.117	141.117
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	22.b	-	7.056	-	-	-	(7.056)	-
Dividendos obrigatórios	22.c	-	-	-	-	-	(24.868)	(24.868)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(10.173)	(10.173)
Constituição de reservas de retenção		-	-	97.657	-	-	(97.657)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	104.909	19.974	144.031	130.011	162.789	(3.997)	-	557.717
Aumento de capital		60.091	(19.974)	(40.117)	-	-	-	-
Distribuição dividendos	22.b	-	-	(2.750)	-	-	-	(2.750)
Reversão de distribuição de dividendos		-	-	20.717	-	-	-	20.717
Realização do custo atribuído líquido de tributos		-	-	-	(4.495)	-	4.495	-
Realização da reserva de lucros à realizar de ativos biológicos	11.b	-	-	(26.432)	-	-	26.432	-
Transferência para lucros a realizar de ajuste a valor justo com ativos biológicos	11.b	-	-	62.036	-	-	(62.036)	-
Hedge accounting líquido de tributos	28.b	-	-	-	-	(17.854)	-	(17.854)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	56.162	56.162
<b>Destinações:</b>								
Reserva legal	22.b	-	2.808	-	-	-	(2.808)	-
Dividendos obrigatórios	22.c	-	-	-	-	-	(2.445)	(2.445)
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	-	(12.816)	(12.816)
Constituição de reservas de retenção		-	-	6.984	-	-	(6.984)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	165.000	2.808	128.865	165.615	158.294	(21.851)	-	598.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Adami S.A. - Madeiras

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>Resultado do exercício</b>	56.162	141.117	57.719	141.117
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:</b>				
Resultado Instrumentos financeiros derivativos	27.c (8.138)	12.391	(8.138)	12.391
Depreciação e amortização	32.608	31.964	34.024	32.941
Exaustão	10 51.245	45.962	51.245	45.962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e contingências	19.923	8.814	19.923	8.814
Impostos diferidos	15.428	(17.922)	15.428	(17.922)
Variações monetárias, juros e derivativos não realizados	120.353	64.669	123.599	81.577
Resultado na venda de ativos imobilizados	(1.150)	(1.443)	(1.150)	(1.443)
Variação valor justo dos ativos biológicos	10 (92.237)	(41.520)	(92.237)	(41.520)
Equivalência patrimonial	13 (16.733)	(9.364)	(16.733)	(6.299)
	177.461	234.668	183.680	255.618
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber de clientes	(69.366)	(21.099)	(69.366)	(21.099)
Estoques	(5.280)	(2.802)	(5.417)	(2.866)
Impostos a recuperar	51.876	(176.874)	51.876	(176.874)
Outras contas a receber	1.050	(39)	981	225
Fornecedores	(5.765)	5.287	(5.551)	(4.935)
Impostos e contribuições a recolher	(42.852)	45.826	(42.857)	45.891
Outras contas a pagar	17.403	24.825	16.978	24.885
Aplicações financeiras	(30.940)	(39.141)	(33.327)	(39.141)
Recebimentos de dividendos	5.550	5.400	5.550	5.400
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	99.137	76.051	102.547	87.104
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de imobilizado	14 (33.160)	(73.033)	(34.778)	(81.577)
Adições de ativos biológicos	10 (10.062)	(9.027)	(10.062)	(9.027)
Aquisições de investimentos	13 (14.041)	(616)	(14.041)	(616)
Pagamento de mútuo de coligadas	-	-	(4.500)	-
Recebimento de mútuo de coligadas	4.500	5.613	4.500	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	1.424	1.783	1.424	1.783
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	(51.339)	(75.280)	(57.457)	(89.437)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(18.150)	(12.450)	(18.150)	(12.450)
Empréstimos tomados	16 202.850	253.983	212.850	259.715
Pagamentos de empréstimos (principal e juros)	16 (197.134)	(208.206)	(199.773)	(210.995)
Recursos provenientes da liquidação de derivativos	27.c 2.109	210	2.109	210
Liquidação de derivativos	27.c (41.435)	-	(41.435)	-
Debêntures emitidas	17 -	15.000	-	15.000
Pagamentos de debêntures (principal e juros)	17 (42.970)	(40.379)	(42.970)	(40.379)
Pagamento de arrendamento mercantil (principal e juros)	20 (11.291)	(5.452)	(11.291)	(5.452)
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamentos</b>	(106.021)	2.706	(98.660)	5.649
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	(58.223)	3.477	(53.570)	3.316
<b>Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	125.972	122.495	128.363	125.047
No fim do exercício	67.749	125.972	74.793	128.363
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	(58.223)	3.477	(53.570)	3.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Adami S/A. Madeiras (Companhia) é uma Companhia de capital fechado com sede na cidade de Caçador (SC), Rua Nereu Ramos, 196, Centro. Tem por objetivo social a industrialização e comercialização de madeiras e seus derivados; a fabricação e comercialização de embalagens em geral; a fabricação, beneficiamento e comercialização de papel e papelão; fabricação e comercialização de pasta mecânica e química de madeira; a agro-pecuária; o reflorestamento e florestamento; o comércio, importação, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados ou industrializados, a prestação de serviços de instalação de produtos de madeira em obras civis, e a participação em outras sociedades.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e geraram impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Com a decretação de lockdown pelos governos estaduais nos meses de março e abril de 2020, houve impacto no consumo e consequentemente na receita da companhia. A aprovação do auxílio emergencial pelo Governo Federal trouxe estímulo ao consumo, e o mercado de embalagens foi impactado positivamente. As receitas que não ocorreram em março e abril, foram recuperadas nos demais meses do ano, as exportações foram prejudicadas pelo fechamento dos portos internacionais, e pela falta de containers para exportação, entretanto a taxa de dólar favoreceu a Companhia.

A demanda ocorrida no período, ocasionou escassez de matéria-prima, e consequentemente aumento dos preços, os quais foram repassados aos clientes para manter o equilíbrio do fornecimento. Para suprir a demanda de aparas, principal item na fabricação do papel reciclado para embalagens de papelão, a Companhia optou por realizar a importação dos Estados Unidos, normalizando seu abastecimento.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As demonstrações financeiras apresentam-se em milhares de Reais e foram aprovadas pela Diretoria em 16 de março de 2021.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda.

**c. Moeda funcional e de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o mais próximo em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamento**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 11 - Ativos biológicos e nota explicativa 15 - Imobilizado.

### **3 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Base de consolidação**

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação de 100% no capital da Chapecozinho Energética S.A. que é uma pequena central hidrelétrica (PCH) com capacidade de geração de energia de 9 MW.

**(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e investimentos controlados em conjunto.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

**(iii) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora na Companhia investida.

**b. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes de conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**c. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) ***Classificação e mensuração subsequente***

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia e sua controlada podem optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

*Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio*

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação de objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e de suas controladas;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).



O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Instrumentos de dívida a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- **Instrumentos patrimoniais a VJORA:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

*Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem e nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

*Passivos financeiros*

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge**

A Companhia e sua controlada mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

No início da relação de hedge, para a adoção do “*Hedge Accounting*”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de hedge. Adicionalmente, no início do hedge e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de “*Hedge Accounting*” é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado. Os derivativos não designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo de acordo com fluxo de vencimento

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação. As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**e. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

**f. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e sua controlada e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia e sua controlada irão obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edificações	10 a 80 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 a 20 anos
Veículos	3 a 15 anos
Equipamentos de processamento de dados	10 anos
Outros ativos fixos	5 anos

Pela adoção do custo atribuído, assim como requerido pela interpretação técnica ICPC 10 e pelo CPC 27, a Companhia assumiu, em 1º de janeiro de 2009, a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado pela adoção do custo atribuído.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**g. Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A madeira em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurados na data de corte.

**h. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento**

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

**(i) Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

**(ii) Passivos de arrendamento**

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

**(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

**i. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e sua controlada tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**j. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**k. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

A Companhia e suas controladas presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

#### *Mensuração das perdas de crédito esperadas*

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

### **I. Receita de contrato com cliente**

A receita é mensurada pela Companhia com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente e é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá.

**m. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas líquidos das operações com derivativos;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**n. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado;

**(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.



Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**o. Novas normas e interpretações ainda não Mudanças nas principais políticas contábeis**

Uma série de novas normas e/ou melhorias se tornaram efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020, sendo as mais relevantes em relação à Companhia e suas controladas as abaixo resumidas:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- Revisão do CPC 06/IFRS 16 - Revisão do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

Não houve impacto relevante às demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas com a entrada em vigor de tais normas.

**4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**a. Ativos financeiros não derivativos**

O valor justo de contas a receber de clientes por representar valores que serão recebidos no curto prazo, está representado pelo valor contábil. Os mutuos com partes relacionadas são avaliados no momento inicial pelo valor contratual, o qual é equivalente ao valor presente. Sobre estes montantes não existem riscos de crédito.

**b. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, apurados na data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

**c. Ativos biológicos**

Referem-se às florestas de pinus mantidas pela Companhia para atividade madeireira e produção de papel e embalagens de papelão ondulado, são mensuradas a custo histórico até o sexto ano, e valorizados a valor justo as florestas com ciclo maior que sete anos, pelo preço de mercado.

**d. Instrumentos financeiros derivativos**

Avaliado a valor justo com base em informações da instituição financeira contraparte.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	11.621	8.541	12.391	9.000
Aplicações financeiras	56.128	117.431	62.402	119.363
	67.749	125.972	74.793	128.363

Aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI entre 80% e 110% (93,82% a 123,78% em 2019) são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essas razões, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

**6 Aplicações financeiras - controladora e consolidado**

Aplicações financeiras referente a Certificados de Depósitos Bancários com rendimentos baseados na variação da taxa do CDI está vinculada a garantia de contratos de financiamentos e fiança bancária.

Modalidade	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Certificados de Depósitos Bancários	51.236	63.192	52.236	63.192
Fundo de investimento	42.192	9.453	42.192	9.453
Letra Financeira do Tesouro - LFT	9.044	-	9.044	-
Ações	1.113	-	1.113	-
	103.585	72.645	104.585	72.645

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
No País	178.521	123.194
No Exterior	18.183	12.314
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.766)	(4.097)
(-) Recebíveis cedidos ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (nota explicativa 27)	(58.591)	(64.680)
	132.347	66.731

A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
A vencer	124.673	55.145
Vencidos há 30 dias	7.517	5.812
Vencidos de 31 a 60 dias	81	247
Vencidos de 61 a 90 dias	9	49
Vencidos de 91 a 180 dias	604	991
Vencidos há mais de 180 dias	5.229	8.584
	138.113	70.828
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.766)	(4.097)
	132.347	66.731

### **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia e suas controladas realizam o acompanhamento do valor realizável do seu contas a receber de clientes, levando em consideração a necessidade de provisão para possíveis perdas decorrente do não recebimento das duplicatas. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram registradas na demonstração de resultado.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Saldo inicial no início do exercício	4.097	3.747
Adições	3.770	393
Baixas por recebimento	(2.101)	(43)
	5.766	4.097

### **Garantias**

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada possuem duplicatas a receber de clientes dadas em garantia de empréstimos e financiamento no montante R\$ 29.387.

## 8 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Matérias-primas e materiais auxiliares	25.080	29.833
Almoxarifado	32.487	26.328
Produtos acabados-madeira	11.441	7.857
Produtos acabados-embalagem	2.746	2.884
Produtos em elaboração	833	980
Outros	7.566	6.854
	80.153	74.736

A Companhia e sua controlada realizam o acompanhamento do valor realizável dos estoques, levando em consideração a necessidade de provisão para perdas decorrente do menor valor entre o valor líquido de custo e o valor líquido realizável. Durante o ano de 2020, a Administração considerou não haver necessidade constituição de provisão para perdas com estoques.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas não possuem estoques dados em garantia de empréstimos e financiamentos.

## 9 Impostos à recuperar

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS a recuperar	7.982	8.656
IPI a recuperar	6.072	2.891
PIS e COFINS a recuperar (a)	100.248	92.667
Outros impostos a recuperar	1.479	678
	115.781	104.892
Circulante	10.654	6.625
Não circulante	105.127	98.267

- (a) O saldo de PIS e COFINS à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019, e o crédito foi apurado utilizando o valor do ICMS destacado nas notas fiscais, no período de abril de 2002 à janeiro de 2019, e foi atualizado pela Selic até dezembro de 2020 . Este valor está classificado no longo prazo pois a Companhia efetuará a compensação dos créditos somente após compensar a totalidade dos créditos da nota 10. As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano:

	<b>Controladora e consolidado</b>
2022	30.573
2023	32.488
Após 2023	37.187
	100.248

## 10 IRPJ e CSLL à recuperar

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
IRPJ e CSLL a recuperar	45.558	108.323
Circulante	34.830	73.653
Não circulante	10.728	34.670

O saldo de IRPJ e CSLL à recuperar refere-se a processo judicial protocolado em 18 de fevereiro de 2016, onde a Companhia solicitou a Exclusão do Pis, Cofins, IRPJ e CSLL sobre os créditos presumidos de ICMS, do período de março de 2011 à julho de 2017. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 06 de agosto de 2019. O crédito foi apurado utilizando os valores declarados no SPED Fiscal e atualizados pela Selic de abril de 2011 a dezembro de 2020. A Companhia estima compensar a totalidade do crédito até dezembro de 2022.

	<b>Controladora e consolidado</b>
2021	34.830
2022	10.728
	45.558

## 11 Ativos biológicos - controladora e consolidado

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio principalmente de pinus para abastecimento de matéria- prima na atividade madeireira, produção de portas e produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo.

### a. Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi *Income Approach* com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados no mercado de Santa Catarina, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos anuais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

**Controladora e consolidado**

---

<b>Premissa</b>	<b>Em 2020</b>	<b>Impacto no valor justo dos ativos biológicos</b>
Área plantada (hectare)	17.948	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Taxa de desconto - %	7,97%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço médio líquido de venda (m <sup>3</sup> - em reais)	R\$ 64,50	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual m <sup>3</sup> /há – IMA	18,75	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

As principais premissas, taxa de desconto, preço de venda e IMA, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

**b. As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>276.691</b>
Novas plantações	9.027
Aquisições	-
(-) Exaustão (i)	(45.962)
Ajuste ao valor justo (ii)	41.520
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>281.276</b>
Novas plantações	10.062
Aquisições	-
(-) Exaustão (i)	(51.245)
Ajuste ao valor justo (ii)	92.237
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>332.330</b>
Circulante	61.925
Não circulante	270.405

- (i) Do valor total exaurido, o montante de R\$ 40.048 (R\$ 33.804 em 2019), o qual líquido dos efeitos tributários corresponde a R\$ 26.432 (R\$ 22.310 em 2019), refere-se a exaustão da parcela do ajuste de valor justo das florestas e foram realizados da reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.
- (ii) Os valores de ajuste ao valor justo, líquidos dos efeitos tributários resultaram em R\$ 62.036 (R\$ 28.420 em 2019) foram contabilizados no resultado do exercício na rubrica custo dos produtos vendidos e foram transferidos para reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo.

O ativo biológico classificado no circulante corresponde a estimativa da Administração para a extração de árvores em 2021.

**c. Ativos biológicos cedidos em garantia**

Em 31 de dezembro de 2020, as florestas no valor de R\$ 133.725 (R\$ 133.725 em 2019) estão vinculadas ao penhor agrícola registrada para garantir os empréstimos bancários.

**12 Depósitos judiciais e provisão para contingências**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Tributários	5.443	5.443
Trabalhista	675	1.101
Cíveis	100	-
	6.218	6.544
<b>Provisão para contingências</b>		
Trabalhista	2.197	2.727
Tributária	12.400	8.000
	14.597	10.727

A provisão para contingências é constituída para atender às prováveis perdas de processos fiscais, tributários e trabalhistas contra os quais foram interpostos recursos.

### **Contingências possíveis**

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos, que se encontram em diversas instâncias, referentes a questões tributárias e trabalhistas oriundas do curso normal de seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada possuem processos no montante total estimado de R\$ 14.947 (R\$ 20.407 em 2019), cuja opinião dos consultores jurídicos é que o risco de perda é possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem a sua contabilização.

## **13 Impostos de renda e contribuição social**

### **a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Provisão para contingências	747	927
Provisão para comissões	1.099	943
Provisão para <i>impairment</i> (nota explicativa 15)	3.354	3.354
Prejuízo fiscal imposto de renda pessoa jurídica	8.862	9.844
Base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	3.190	3.544
Hedge accounting (nota explicativa 28.b)	11.257	2.059
Outras provisões temporárias	19.068	17.728
	47.577	38.399
<b>Passivo não circulante</b>		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(72.580)	(74.704)
Ativo biológico (nota explicativa 11)	(82.021)	(65.436)
Reavaliação do ativo imobilizado realizada antes da adoção custo atribuído	(8.921)	(9.112)
Outras receitas temporárias	(3.396)	(2.258)
	(166.918)	(151.510)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>(119.341)</b>	<b>(113.111)</b>



O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são calculados sobre adições temporárias e sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda. As diferenças temporárias serão realizadas na proporção da solução final das contingências e eventos a que se referem e os prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda estão baseados na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e histórico de rentabilidade. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados de forma líquida, por corresponderem a mesma entidade tributária e por poderem ser compensados entre si.

**b. Demonstração do imposto de renda e contribuição social no resultado – controladora**

	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro antes dos impostos	74.570	102.428
Alíquota básica	34%	34%
Despesa calculada pelas alíquotas fiscais	(25.353)	(34.826)
<b>(Adições) e exclusões permanentes</b>		
Juros sobre capital próprio	4.357	3.459
Equivalência patrimonial	(5.689)	(3.185)
Crédito processo judicial (nota explicativa 9.a e 10)	-	64.033
Outras (adições) exclusões	8.277	9.208
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(18.408)	38.689
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.980)	20.767
Imposto de renda e contribuição social corrente	(15.428)	17.922
Alíquota efetiva	(24%)	38%

## 14 Investimentos

	<b>Passos Maia Energética S.A</b> (a)	<b>Chapecozinho Energética S.A</b> (b)	<b>Cia Bom Sucesso de Eletricidade</b> (c)	<b>Outros</b>	<b>Total 2020</b>	<b>Total 2019</b>
Patrimônio líquido	97.427	15.865	12.538	5	125.835	83.893
Resultado do exercício	30.354	1.557	-	-	31.911	15.702
Participação no capital em %	50%	100%	32,09%	-	-	-
<b>Movimentação dos investimentos</b>						
Saldos dos investimentos no início do exercício	28.692	13.967	4.011	2.364	49.034	32.791
Dividendos creditados/recebidos	(9.154)	(370)	-	-	(9.524)	(4.761)
Reversão de dividendos	-	711	-	-	711	-
Integralização de capital	20.000	-	1.377	(1.336)	20.041	11.038
Redução de capital	(6.000)	-	-	-	(6.000)	-
Aquisições	-	-	-	695	695	616
Outras movimentações	-	-	-	-	-	(14)
Resultado de equivalência patrimonial	15.176	1.557	-	-	16.733	9.364
Saldos dos investimentos no fim do exercício	48.714	15.865	5.388	1.723	71.690	49.034

- (a) A PCH - Passos Maia é um Pequena Central Hidrelétrica com capacidade de geração de energia de 25 MW. De acordo com o CPC 19 (R2), a Companhia classificou seu investimento em negócios em conjunto como empreendimentos controlados em conjunto e o mantém avaliado por equivalência patrimonial.
- (b) A PCH - Chapecozinho Energética é uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) na qual foram investidos R\$ 45.000, o início das suas operações ocorreu em março de 2019. Esta PCH tem capacidade de geração de energia de 9 MW, por um período de concessão de 35 anos.
- (c) A Companhia possui participação de 32,09% na coligada Cia. Bom Sucesso de Eletricidade, sendo esta uma unidade geradora de energia com capacidade de geração de 5,5 MW, e que fornece cerca de 30% de sua produção para a Adami S/A. - Madeiras. O restante da energia produzida é fornecida ao acionista controlador.

Os saldos dos investimentos nas coligadas Passos Maia Energética S.A. e Cia Bom Sucesso de Eletricidade, acrescido de outros investimentos, compõem o saldo de investimentos das demonstrações financeiras consolidadas.

## 15 Imobilizado

### Movimentação do custo e depreciação - controladora

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>178.776</b>	<b>143.324</b>	<b>407.133</b>	<b>3.313</b>	<b>7.566</b>	<b>24.163</b>	<b>4.469</b>	<b>1.969</b>	<b>16.466</b>	<b>3.795</b>	<b>790.974</b>
Adições	-	154	3.804	162	597	-	1.506	2.845	18.376	45.589	73.033
Baixas	(147)	(1.816)	(1.578)	-	(981)	-	(5)	(387)	-	-	(4.914)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(24.163)	-	-	-	-	(24.163)
Transferências	-	4.670	54.336	-	54	-	272	-	(12.361)	(46.971)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>178.629</b>	<b>146.332</b>	<b>463.695</b>	<b>3.475</b>	<b>7.236</b>	<b>-</b>	<b>6.242</b>	<b>4.427</b>	<b>22.481</b>	<b>2.413</b>	<b>834.930</b>
Adições	-	324	3.058	234	266	-	849	1.317	21.629	5.483	33.160
Baixas	(9)	(74)	(865)	(32)	(613)	-	(251)	(73)	(545)	-	(2.462)
Transferências	-	11.817	12.239	35	239	-	41	547	(18.958)	(5.960)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>178.620</b>	<b>158.399</b>	<b>478.127</b>	<b>3.712</b>	<b>7.128</b>	<b>-</b>	<b>6.881</b>	<b>6.218</b>	<b>24.607</b>	<b>1.936</b>	<b>865.628</b>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	-	38.411	287.418	2.343	5.382	17.185	3.189	588	-	-	354.516
Depreciação no exercício	-	3.990	23.176	192	761	-	602	120	-	-	28.841
Baixa	-	(825)	(1.324)	-	(873)	-	(4)	-	-	-	(3.026)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(17.185)	-	-	-	-	(17.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>41.576</b>	<b>309.270</b>	<b>2.535</b>	<b>5.270</b>	<b>-</b>	<b>3.787</b>	<b>708</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>363.146</b>
Depreciação no exercício	-	4.264	22.365	200	678	-	799	146	-	-	28.452
Baixas	-	(44)	(827)	(24)	(416)	-	(244)	-	-	-	(1.555)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>-</b>	<b>45.796</b>	<b>330.808</b>	<b>2.711</b>	<b>5.532</b>	<b>-</b>	<b>4.342</b>	<b>854</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>390.043</b>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>178.629</b>	<b>104.756</b>	<b>154.425</b>	<b>940</b>	<b>1.966</b>	<b>-</b>	<b>2.455</b>	<b>3.719</b>	<b>22.481</b>	<b>2.413</b>	<b>471.784</b>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>178.620</b>	<b>112.603</b>	<b>147.319</b>	<b>1.001</b>	<b>1.596</b>	<b>-</b>	<b>2.539</b>	<b>5.364</b>	<b>24.607</b>	<b>1.936</b>	<b>475.585</b>

## Movimentação do custo e depreciação - consolidado

Movimentação do custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e instalações	Veículos	Bens adquiridos por leasing	Equipamentos de processamento de dados	Outros ativos fixos	Imobilizado em andamento	Adiantamento a fornecedor	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>178.776</u>	<u>143.324</u>	<u>408.890</u>	<u>3.313</u>	<u>7.566</u>	<u>24.163</u>	<u>4.469</u>	<u>12.997</u>	<u>43.523</u>	<u>15.584</u>	<u>842.605</u>
Adições	-	154	3.832	164	597	-	1.506	4.802	21.703	48.819	81.577
Baixas	(147)	(1.816)	(1.578)	-	(981)	-	(5)	(387)	-	(9.747)	(14.661)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(24.163)	-	-	-	-	(24.163)
Transferências	-	4.670	54.336	-	54	-	272	(9.027)	1.938	(52.243)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>178.629</u>	<u>146.332</u>	<u>465.480</u>	<u>3.477</u>	<u>7.236</u>	<u>-</u>	<u>6.242</u>	<u>8.385</u>	<u>67.164</u>	<u>2.413</u>	<u>885.358</u>
Adições	-	324	3.059	234	266	-	849	1.317	22.337	6.393	34.779
Baixas	(9)	(74)	(865)	(32)	(613)	-	(251)	(73)	(545)	-	(2.462)
Transferências	-	11.817	12.239	35	239	-	41	547	(18.330)	(6.588)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>178.620</u>	<u>158.399</u>	<u>479.913</u>	<u>3.714</u>	<u>7.128</u>	<u>-</u>	<u>6.881</u>	<u>10.176</u>	<u>70.626</u>	<u>2.218</u>	<u>917.675</u>
<b>Movimentação da depreciação</b>											
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>-</u>	<u>38.411</u>	<u>287.418</u>	<u>2.343</u>	<u>5.382</u>	<u>17.185</u>	<u>3.189</u>	<u>588</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>354.516</u>
Depreciação no exercício	-	3.990	24.153	192	761	-	602	120	-	-	29.818
Baixa	-	(825)	(1.324)	-	(873)	-	(4)	-	-	-	(3.026)
Transferência para ativo de direito de uso (nota explicativa 16)	-	-	-	-	-	(17.185)	-	-	-	-	(17.185)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>-</u>	<u>41.576</u>	<u>310.247</u>	<u>2.535</u>	<u>5.270</u>	<u>-</u>	<u>3.787</u>	<u>708</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>364.123</u>
Depreciação no exercício	-	4.264	23.781	200	678	-	799	146	-	-	29.868
Baixas	-	(44)	(827)	(24)	(416)	-	(244)	-	-	-	(1.555)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>-</u>	<u>45.796</u>	<u>333.201</u>	<u>2.711</u>	<u>5.532</u>	<u>-</u>	<u>4.342</u>	<u>854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>392.436</u>
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2019</b>	178.629	104.756	155.233	942	1.966	-	2.455	7.677	67.164	2.413	521.235
<b>Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2020</b>	178.620	112.603	146.712	1.003	1.596	-	2.539	9.322	70.626	2.218	525.239

## Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as propriedades no valor de R\$ 122.031 estão vinculadas a fiança registrada para garantir os empréstimos bancários.

## Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo imobilizado de acordo com o CPC 01- Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de provisão para perda. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou a necessidade de contabilização de provisão para perda de ativo imobilizado (*impairment*). Atualmente a Companhia tem o valor de R\$ 9.864 de provisão de *impairment*, reconhecida em exercícios anteriores.

## 16 Ativos de direitos de uso – controladora e consolidado

### Composição e movimentação

Controladora e consolidado			
Ativo direito de uso	Ativos adquiridos p/leasing	Arrendamento de terras	Total
<b>Custo</b>			
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	<u>24.163</u>	<u>14.553</u>	<u>38.716</u>
Adições	22.456	3.447	25.903
Baixas	<u>(2.027)</u>	<u>-</u>	<u>(2.027)</u>
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>44.592</u></b>	<b><u>18.000</u></b>	<b><u>62.592</u></b>
Adições	18.097	1.292	19.389
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>62.689</u></b>	<b><u>19.292</u></b>	<b><u>81.981</u></b>
	Ativos adquiridos p/leasing	Arrendamento de terras	Total
<b>Depreciação</b>			
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	<u>(17.185)</u>	<u>-</u>	<u>(17.185)</u>
Depreciação no exercício	(1.647)	(1.924)	(3.571)
Baixas	<u>2.027</u>	<u>-</u>	<u>2.027</u>
<b>Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>(16.805)</u></b>	<b><u>(1.924)</u></b>	<b><u>(18.729)</u></b>
Depreciação no exercício	(2.748)	(2.048)	(4.796)
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>(19.553)</u></b>	<b><u>(3.972)</u></b>	<b><u>(23.525)</u></b>
<b>Valor contábil líquido</b>			
Em 31 de dezembro de 2019	27.787	16.076	43.863
Em 31 de dezembro de 2020	43.136	15.320	58.456

Os ativos de direito de uso referem-se a terras para cultivo de florestas cujos contratos de arrendamento possuem o prazo médio de 18 anos, e máquinas e equipamentos para uso na operação com vida útil entre 3 e 5 anos.

A Companhia possui como prática a realização de avaliação de *impairment* dos contratos vigentes, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foi identificado a necessidade de constituir a provisão de *impairment* para os contratos vigentes.

## 17 Empréstimos e financiamentos

<b>Controladora</b>			
<b>Moeda nacional:</b>	<b>Encargos em 2020</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,18% a.a. + TLP De 2,2708% a 4,90721% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 0,19% a 058% a.m. +	24.056	26.372
Capital de giro	CDI ou 9,84% a.a.	<u>278.848</u>	<u>98.225</u>
Total moeda nacional		<u>302.904</u>	<u>124.597</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6,0% a 6,15% a.a.	5.820	6.425
Capital de giro	2,4% a.a. + Libor ou 5,3% a.a.	105.508	129.261
Adiantamento de contrato de câmbio	8% a.a.	-	42.358
Pré-pagamento de exportação	6% a.a. + Libor	<u>75.089</u>	<u>70.156</u>
Total moeda estrangeira		<u>186.417</u>	<u>248.200</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>489.321</u>	<u>372.797</u>
Circulante		149.843	91.074
Não circulante		339.478	281.723
<b>Consolidado</b>			
<b>Moeda nacional:</b>	<b>Encargos em 2020</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 5,9% a 7,76% a.a. + TLP ou 5,6% a.a. + TJLP De 2,2708% a 4,90721% a.a. + CDI ou 4,5% a.a. + TLP ou 0,19% a 058% a.m. +	57.084	58.799
Capital de giro	CDI ou 9,84% a.a.	<u>288.854</u>	<u>98.225</u>
Total moeda nacional		<u>345.938</u>	<u>157.024</u>
<b>Moeda estrangeira:</b>			
Financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos	De 6% a 6,15% a.a.	5.820	6.425
Capital de giro	2,4% a.a. + Libor ou 5,3% a.a.	105.508	129.261
Adiantamento Contrato Câmbio	8% a.a.	-	42.358
Pré-pagamento de exportação	6% a.a. + Libor	<u>75.089</u>	<u>70.156</u>
Total moeda estrangeira		<u>186.417</u>	<u>248.200</u>
Total de empréstimos e financiamentos		<u>532.355</u>	<u>405.224</u>
Circulante		153.264	94.109
Não circulante		379.091	311.115

Os empréstimos e financiamentos foram contratados objetivando o financiamento do capital de giro e a expansão do parque industrial. Como garantia dos financiamentos, foram cedidos em cessão fiduciária duplicatas e foram alienados fiduciariamente máquinas e equipamentos e uma propriedade.

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
2022	169.172	174.471
2023	98.712	104.011
2024	54.663	59.962
Após 2024	16.931	40.647
	339.478	379.091

Os empréstimos e financiamentos possuem cláusulas que requerem o cumprimento de “debt covenants”, os quais foram integralmente atingidos em 2020.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<b>Controladora</b>							
		Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa			
		Saldo da dívida em 31/12/19	Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências
<b>Descrição</b>								
Empréstimos e financiamentos	372.797	202.850	(162.125)	(35.009)	27.252	83.556	-	489.321
	<b>Consolidado</b>							
	Saldo da dívida em 31/12/19	Novas Captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Variação cambial e outros	Transfe-rências	Saldo da dívida em 31/12/20
<b>Descrição</b>								
Empréstimos e financiamentos	405.224	212.850	(163.002)	(36.771)	30.498	83.556	-	532.355

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.

## 18 Debêntures

- (a) Em junho de 2018, a Companhia efetuou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e fidejussória, em Série Única, com vencimento final em 01 de junho de 2023, no montante de até R\$ 150.000 correspondentes a 150.000 debêntures. A 2ª emissão de debêntures simples foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de maio de 2018 e possui as seguintes características: (i) é remunerada por juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano e (ii) será amortizada em 17 parcelas trimestrais, com vencimento de julho de 2019 a julho de 2023
- **Montante:** até R\$ 150.000.000,00 correspondentes a 150.000 debêntures;
  - **Data:** (a) emissão: 01 de junho de 2018 e (b) vencimento: 01 de junho de 2023;
  - **Amortização:** Em 17 parcelas iguais trimestrais, a partir do décimo segundo mês, contados da data de emissão;
  - **Remuneração:** juros correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) do depósito interbancário (DI), acrescida de sobretaxa de 4% ao ano; e
  - **Pagamento da remuneração:** 20 parcelas trimestrais, com vencimento de setembro de 2018 a junho de 2023.

As debêntures possuem cláusulas restritivas relacionadas a índices econômicos e financeiros que devem ser apurados anualmente. Sendo, liquidez corrente igual ou maior que 1,0 e relação entre dívida líquida e *ebitda* igual ou menor que 3,0, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2020.

Durante o ano de 2018 os debenturistas subscreveram 135.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 135.000, e em 2019 os debenturistas subscreveram o saldo remanescente de 15.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 15.000, totalizando a subscrição de 150.000 debêntures equivalentes ao montante de R\$ 150.000.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora					
	Saldo da dívida em 31/12/19	Alterações com efeito caixa			Alterações sem efeito caixa	
		Novas captações	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Despesas com juros	Saldo da dívida em 31/12/20
2ª emissão	124.400	-	(35.294)	(7.676)	7.253	88.683

A Companhia elegeu como política contábil, classificar os juros pagos sobre debêntures como atividades de financiamento, a qual é aplicada de forma consistente.



## 19 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração é composto pelos diretores e a remuneração paga pelos serviços em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 8.936 (R\$ 9.094 em 31 de dezembro de 2019).

### b. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui R\$ 3.180 (R\$ 7.951 em 2019) de mútuo a receber de partes relacionadas, registradas em seu ativo não circulante. As transações com partes relacionadas, são realizadas conforme condições específicas acordadas entre as partes.

## 20 Impostos e contribuições à recolher

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
ICMS a recolher	(2.295)	(3.775)
IRPJ a recolher	(879)	(28.592)
CSLL a recolher	(602)	(10.812)
PIS a recolher	(100)	(584)
Cofins a recolher	(509)	(3.389)
IRF a recolher	(154)	(117)
Outros impostos a recuperar	(123)	(251)
	<b>(4.662)</b>	<b>(47.520)</b>
Circulante	(3.148)	(45.090)
Não Circulante	(1.514)	(2.430)

## 21 Arrendamentos mercantil

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía 44 contratos de arrendamento de terras para plantio de florestas. Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação. Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de dezoito anos com a opção de renovação após essa data.

O tratamento contábil para esses contratos foi alterado a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme mencionado na nota explicativa 3.h. Os contratos caracterizados como arrendamento, de acordo com CPC 06 (R2), passaram a ser registrados como Ativos de Direito de Uso e Passivo de Arrendamento. Os demais contratos permaneceram registrados de acordo com a competência da despesa.

A taxa média ponderada de desconto utilizada foi de 0,64% a.m. em 31 de dezembro de 2020.

**a. Movimentação de passivo de arrendamento**

	Controladora e consolidado		
	Arrendamento de terras	Arrendamento mercantil	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2018 (nota explicativa 3)</b>	<b>14.553</b>	-	<b>14.553</b>
Adições	3.447	24.706	28.153
Juros apropriados	2.134	1.467	3.601
Pagamento de principal e juros	(2.991)	(2.461)	(5.452)
Variação cambial	-	395	395
Transferências	-	5.115	5.115
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17.143</b>	<b>29.222</b>	<b>46.365</b>
Adições	1.292	14.866	16.158
Juros apropriados	2.465	2.110	4.575
Pagamentos de principal e juros	(3.409)	(7.882)	(11.291)
Variação cambial e outros	-	2.052	2.052
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>17.491</b>	<b>40.368</b>	<b>57.859</b>

**b. Estimativas de realização**

	Passivo de arrendamento	Juros	Valor presente dos passivos de arrendamento
2020	14.319	(1.028)	13.291
2021	11.676	(1.028)	10.648
2022	10.322	(1.028)	9.294
2023	8.229	(1.028)	7.201
Após 2023	23.405	(5.980)	17.425
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>67.951</b>	<b>(10.092)</b>	<b>57.859</b>

## 22 Patrimônio líquido

**a. Capital social**

O Capital social subscrito e integralizado está representado por um total de 215.241 ações ordinárias sem valor nominal estão, assim dividido entre os acionistas em 2020:

	%
Vanira Tereza Gomes Adami	30,2539
Jose Adami Neto	19,2623
Victor Batista Adami Filho	17,4896
Diva Adami Telck	13,5800
Mauricio Roberto Adami Telck	7,4809
Mariane Aparecida Telck Adami de A. Pereira	4,5266
Marilia Regina Abdalla Telck	4,5266
Maria Beatriz Adami Rotta	2,8801
	<b>100,00</b>

Em 30 de julho de 2020 a companhia realizou assembleia geral ordinária e extraordinária na qual foi subscrito e integralizado capital social no valor de R\$ 60.091, mediante a capitalização da reserva legal no montante de R\$ 19.974 e reserva de retenção de lucros no montante de R\$40.117 sem emissão de novas ações, passando o capital social para R\$ 165.000.

**b. Reserva de lucros**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

***Retenção***

É destinada a aplicação em investimentos para expansão e ao reforço de capital de giro.

Nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A assembleia geral ordinária realizada em 30 de julho de 2020, aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 4.150, o saldo de dividendos no valor de R\$ 20.717, foi deliberado pela assembleia a destinação para a conta reserva de lucros. Em 16 de novembro de 2020 foi realizada assembleia geral extraordinária que deliberou pela aprovação de R\$ 2.750 de dividendos adicionais.

***Reserva de lucros a realizar***

A reserva de lucros a realizar registra os efeitos do reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos, líquidos dos efeitos tributários, os quais ainda não foram realizados econômica e financeiramente. Quando da realização efetiva dos ativos biológicos através da exaustão, a parcela exaurida é transferida da reserva de lucros a realizar para lucros acumulados.

**c. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado por aumentos ou reduções de reservas conforme estabelecido no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2020, a Companhia creditou aos seus acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 10.893 (R\$ 8.647 em 2019), líquido do imposto de renda na fonte de R\$ 1.923 (R\$ 1.526 em 2019), o qual foi calculado considerando o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP nos termos da Lei 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores e considerando o limite de 50% dos lucros acumulados. O total de juros foi contabilizado em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos da Demonstração do Resultado para o Patrimônio Líquido, sendo apresentados nas destinações de resultados.

	<b>2020</b>
Lucro líquido do exercício	56.162
(-) Reserva legal (5%)	<u>(2.808)</u>
Base de cálculo dividendos	<u>53.354</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	<u>13.338</u>
(-) Juros sobre o capital próprio creditados no exercício, líquido de imposto de renda	<u>(10.893)</u>
<b>Dividendos a pagar</b>	<b>2.445</b>

#### **d. Ajuste de avaliação patrimonial**

##### **(i) Custo Atribuído**

Refere-se ao valor do custo atribuído adotado para determinados bens do ativo imobilizado reconhecido pela Companhia em 1 de janeiro de 2009, líquido dos efeitos tributários registrados no passivo não circulante como imposto de renda e contribuição social diferidos.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial contra a conta de lucros acumulados é realizada quando da alienação ou depreciação dos bens a que se referem.

##### **(ii) Hedge accounting**

Refere-se a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justos dos instrumentos de hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos (nota explicativa 28.c)

Os valores registrados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, no memo período em que o item objeto de hedge afeta o resultado.

## **23 Receita operacional líquida**

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida nas demonstrações de resultados:

	<b>Controladora</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Venda de produtos e serviços	1.067.089	1.018.146
Deduções de vendas	<u>(158.008)</u>	<u>(150.182)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u>909.081</u>	<u>867.964</u>

A receita de vendas da Companhia refere-se a venda de papel e embalagens de papelão ondulado, produtos do beneficiamento de madeiras como molduras, painéis de pinus, portas, kits de portas, pellets, e toras de pinus os quais estão concentrados principalmente no mercado brasileiro. A receita é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente em um determinado momento no tempo, que em geral ocorre na entrega dos produtos aos clientes.

A receita da controlada Chapecozinho Energética S/A, refere-se a venda da produção de energia elétrica entregue ao sistema através do mecanismo de realocação de energia (MRE), sendo reconhecida mensalmente. O faturamento bruto de energia em 2020 foi de R\$ 9.871.

## 24 Despesas por natureza

	<b>Controladora</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Matéria prima e materiais de uso e consumo	324.438	384.845
Despesas com pessoal	125.140	139.552
Despesas com frete	64.116	54.694
Depreciações e amortizações	31.896	31.964
Exaustão	51.245	45.962
Suprimentos Industriais	32.229	28.470
Manutenção	26.562	24.068
Energia elétrica	28.782	25.662
Despesas com comissões	23.207	11.671
Benefícios a empregados	10.590	11.125
Outras receitas e despesas	16.077	51.584
	<u>734.282</u>	<u>809.597</u>
<b>Classificação por função</b>		
Custo dos produtos vendidos	540.817	620.360
Vendas	134.599	110.546
Administrativas	58.866	78.691
	<u>734.282</u>	<u>809.597</u>

## 25 Outras receitas e despesas

	<b>Controladora</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Ganho líquido na alienação de bens	1.150	1.443
Créditos fiscais de PIS e COFINS (a)	4.580	55.060
Provisão para perda créditos fiscais (b)	(4.400)	(8.000)
Outras receitas e despesas	(412)	(1.631)
	<u>918</u>	<u>46.872</u>

- (a) Refere-se a processo judicial protocolado em 23 de abril de 2007, solicitando declarar a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na Base de cálculo do Pis e da Cofins. A ação transitou em julgado a favor da Companhia em 15 de abril de 2019.
- (b) A Companhia efetuou o crédito de IPI sobre aquisições de produtos com alíquota zero, isentas e não tributadas do IPI, com base em processo judicial transitado em julgado, dentre os quais aquisições de produtos de empresas tributadas pelo Simples Nacional e fretes sobre estas aquisições. Os valores das aquisições efetuadas de empresas do Simples Nacional e os fretes destas aquisições foram glosados pela Receita Federal e mantidos a glosa pelo CARF. Desta forma foi constituída provisão dos valores compensados indevidamente.

## 26 Receitas financeiras e despesas financeiras

	<b>Controladora</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Variações cambiais ativas	71.741	58.117
Juros de aplicações financeira	3.725	3.832
Variações monetárias ativas	10	317
Outras receitas financeiras (i)	6.005	70.327
	81.481	132.593
<b>Despesas financeiras</b>		
Variações cambiais passivas	(119.509)	(78.079)
Juros	(44.270)	(49.057)
Variações monetárias passivas	-	(100)
Perdas com derivativos (nota explicativa 28.c)	(31.187)	(12.391)
Juros sobre arrendamento mercantis (nota explicativa 21)	(2.465)	(3.601)
Outras despesas financeiras	(1.930)	(1.540)
	(199.361)	(144.768)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(117.880)</b>	<b>(12.175)</b>

- (i) Refere-se principalmente a atualização dos créditos tributários reconhecidos no exercício, mencionados na nota explicativa 9 e 10.

## 27 Fundo de Investimentos em direitos creditórios

Em dezembro de 2017, foram iniciadas as operações do FIDC Adami - Adami Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pelas Instruções CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios de titularidade da Companhia. O FIDC Adami tem vida operacional indefinida, com o pagamento final das cotas em 13 de dezembro de 2022 e caso não haja novos aportes, o fundo será liquidado após a amortização total das cotas.

A estrutura de patrimônio do FIDC Adami, em 31 de dezembro de 2020 está assim representada:

<b>Quotas</b>	<b>2020</b>	<b>%</b>	<b>2019</b>	<b>%</b>
Cotas sênior	58.016	83%	60.059	83%
Cotas subordinadas mezanino	9.087	13%	9.406	13%
Cotas subordinadas júnior	2.796	4%	2.895	4%
	69.899		72.360	

A Companhia é detentora das cotas subordinadas mezanino as quais não podem ser negociadas no mercado secundário.

Em 31 de dezembro de 2020, o balanço patrimonial do FIDC Adami está assim composto:

<b>Ativo</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/2020</b>
Equivalentes de caixa	7	Contas a pagar	114
Aplicações financeiras	3.862	Patrimônio líquido	<u>69.899</u>
Contas a receber	65.751		
Outros	<u>393</u>		
	<u>70.013</u>		<u>70.013</u>

A Companhia realizou a avaliação da estrutura do Fundo com o objetivo analisar uma eventual necessidade de consolidação com base no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e considera que de acordo com o regulamento do Fundo a Companhia não possui o controle por não exercer poder sobre as atividades relevantes do mesmo e não possuir exposição a variabilidade de retornos.

A Companhia avaliou os critérios para o desreconhecimento de ativos financeiros cedidos ao fundo conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e entre os principais critérios considerados está a participação de 4% referente as cotas subordinadas junior, que se subordinam as cotas seniores e as cotas mezanino para efeito de amortização, resgate e distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, a qual possui histórico de perda de 2,79% na carteira cedida. Em caso de perda, as cotas junior irão absorver primeiramente esses prejuízos. Com base nesta avaliação e em outros fatores da operação, a Companhia realizou o desreconhecimento dos títulos por considerar que sua cessão ocorre sem direito de regresso e sem coobrigação.

## **28 Instrumentos financeiros**

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros principalmente caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias e políticas operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e sua controlada não efetuam transações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

**a. Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2020 e correspondem, substancialmente, ao seu valor de mercado. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro são:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>				
<b>VJR</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	67.749	125.972	74.793	128.363
Aplicações financeiras	103.585	72.645	104.585	72.645
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	<u>2.652</u>	<u>457</u>	<u>2.652</u>	<u>457</u>
	<u>173.986</u>	<u>199.074</u>	<u>182.030</u>	<u>201.465</u>
<b>Custo amortizado</b>				
Contas a receber de clientes	132.347	66.731	132.347	66.731
Depósitos judiciais	6.218	6.544	6.218	6.544
Fundo de investimentos em direitos creditórios	8.906	10.109	8.906	10.109
Dividendos a receber	<u>3.974</u>	<u>711</u>	<u>3.605</u>	<u>711</u>
	<u>151.445</u>	<u>84.095</u>	<u>151.076</u>	<u>84.095</u>
<b>Passivo</b>				
<b>Custo amortizado</b>				
Fornecedores	(72.608)	(78.373)	(73.558)	(79.109)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(578.004)	(497.197)	(621.038)	(529.624)
Juros sobre capital próprio e dividendos	(4.222)	(27.001)	(4.222)	(27.001)
Passivo de arrendamento	<u>(57.859)</u>	<u>(46.365)</u>	<u>(57.859)</u>	<u>(46.365)</u>
	<u>(712.693)</u>	<u>(648.936)</u>	<u>(756.677)</u>	<u>(682.099)</u>
<b>VJR</b>				
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	<u>(7.115)</u>	<u>(13.059)</u>	<u>(7.115)</u>	<u>(13.059)</u>

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial se equivalem aos seus respectivos valores justos e não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os Diretores são responsáveis por supervisionar a gestão dos riscos que a Companhia está exposta, os quais são:



**b. Gerenciamento dos riscos financeiros**

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

**(i) Risco de crédito**

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria Financeira da Companhia, com a aplicação em entidades com baixo risco de crédito. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitiga o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Em relação a contas a receber de clientes, a Companhia possui uma carteira de clientes muito pulverizada. Em 2020 foram efetuadas vendas para aproximadamente 1.200 clientes individuais e o maior cliente representou 18% das receitas totais. O risco da carteira é administrado por meio de processo de concessão de crédito, bem como registrando, periodicamente, provisão para créditos de liquidação duvidosa.

*Contas a receber*

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

Uma composição do saldo do contas a receber por idade de vencimento está demonstrado na nota explicativa 7.

*Caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras*

A Companhia detinha Caixa e equivalentes de caixa de R\$ 114.042 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 128.363 em 2019).

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras têm baixo risco de crédito.

(ii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de seu ‘Caixa e equivalentes de caixa’ em um montante suficiente para às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros. A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do Contas a receber de clientes e outros recebíveis em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à Fornecedores e outras contas a pagar.

Um demonstrativo da composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures por ano de vencimento está demonstrada nas notas explicativas 17 e 18.

(iii) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

*Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

*Hedge Accounting de fluxo de caixa*

Em abril de 2018 a Companhia passou a adotar o Hedge Accounting de fluxo de caixa com o objetivo de mitigar os riscos que variação cambial desses fluxos de caixa em moeda estrangeira. Os empréstimos em moeda estrangeira (*instrumento de hedge*) totalizam USD 34.588 (*valor nominal*) em 31 de dezembro de 2020 (USD 10.005 em 31 de dezembro de 2019). A Companhia designou os empréstimos em moeda estrangeira (*instrumento de hedge*) para hedge accounting em que a variação cambial é registrada como componente de outros resultados abrangentes. Como objeto de hedge, a Adami tem as receitas projetadas altamente prováveis baseado em contratos fechados em USD.

Os ganhos e perdas dos instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa, enquanto não realizados, são registrados como componente de outros resultados abrangentes e resultaram no montante positivo de R\$ 17.854 (R\$ 10.083, negativo em 2019) (líquido dos efeitos tributários). Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A efetividade prospectiva do hedge é mensurada no momento da designação e ao final de cada trimestre, com o objetivo da avaliação de efetividade prospectiva e afirmar que o instrumento de hedge será altamente eficaz em compensar as variações do objeto de hedge.

Em geral, a Companhia faz hedge de 40% a 50% de sua dívida em moeda estrangeira com relação a vendas previstas para os próximos doze meses. A Companhia utiliza faturamentos futuros para proteger seu risco cambial, os quais são designados como hedges de fluxo de caixa.

A exposição contábil da Companhia e sua controlada estavam assim representadas:

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2020</b>	
	<b>Moeda estrangeira (US\$ mil)</b>	<b>R\$</b>
<b>Ativo</b>		
Contas a receber	3.499	34.677
<b>Passivo</b>		
Fornecedor	(312)	(1.622)
Empréstimos	(35.846)	(186.417)
Arrendamentos mercantis	(1.058)	(5.498)
Contratos de Swap	3.907	20.303
Hedge accounting	34.588	179.742
Exposição líquida	4.778	41.185

Análise de sensibilidade de variação cambial:

		<b>Consolidado</b>										
		<b>(perdas) / ganhos financeiros</b>										
Operação	Risco	2020	Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
			Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Contas à receber	Aumento da taxa cambial	18.183	3,76	(609)	2,51	(764)	5,01	(455)	6,26	(300)	7,52	(145)
Fornecedores	Aumento da taxa cambial	(1.622)	3,76	54	2,51	68	5,01	41	6,26	27	7,52	13
Instrumentos financeiros	Aumento da taxa cambial	(4.463)	3,76	150	2,51	187	5,01	112	6,26	74	7,52	36
Arrendamento mercantil	Aumento da taxa cambial	(5.498)	3,76	184	2,51	231	5,01	137	6,26	91	7,52	44
Empréstimos	Aumento da taxa cambial	(186.417)	3,76	6.245	2,51	7.830	5,01	4.660	6,26	3.076	7,52	1.491
		<u>(179.817)</u>	<u>6.024</u>		<u>7.552</u>		<u>4.495</u>		<u>2.968</u>		<u>1.439</u>	

*Análise de sensibilidade de variações de indexadores*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos principais ativos e passivos financeiros que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2020, foram analisados às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (cenário provável), a Companhia entende que o impacto é irrelevante.

		<b>Consolidado</b>										
		<b>(perdas) / ganhos financeiros</b>										
Operação	Risco	2020	Queda 25%		Queda 50%		Cenário Provável		Aumento 25%		Aumento 50%	
			Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$	Indexador	R\$
Aplicações Financeiras	Aumento do CDI	135.274	2,55	(4.532)	1,70	(5.682)	3,40	(3.382)	4,25	(2.232)	5,10	(1.082)
Empréstimos	Aumento do CDI	(281.348)	2,55	9.425	1,70	11.817	3,40	7.034	4,25	4.642	5,10	2.251
Arrendamento mercantil	Aumento do CDI	(31.118)	2,55	1.042	1,70	1.307	3,40	778	4,25	513	5,10	249
Debêntures	Aumento do CDI	(88.683)	2,55	2.971	1,70	3.725	3,40	2.217	4,25	1.463	5,10	709
		<u>(265.875)</u>	<u>8.906</u>		<u>11.167</u>		<u>6.647</u>		<u>4.386</u>		<u>2.127</u>	
Aplicações Financeiras	Aumento do IPCA	9.044	2,70	(289)	1,80	(371)	3,60	(208)	4,50	(127)	5,40	(45)
Empréstimos	Aumento do TJLP	(24.303)	3,29	634	2,20	900	4,39	367	5,49	100	6,59	(166)
Empréstimos	Aumento do TLP	(31.856)	1,58	1.378	1,05	1.545	2,10	1.211	2,63	1.043	3,15	876
Empréstimos	Aumento da libor	(143.874)	0,76	7.397	0,51	7.761	1,01	7.034	1,26	6.670	1,52	6.306

*Gestão do capital social*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**c. Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações. Tais operações, quando existentes, são monitoradas por meio de seus controles internos.

A Companhia operou com instrumentos financeiros que resultaram em perda líquida de R\$ 31.187 durante o exercício de 2020 (perda de R\$ 12.391 em 2019) os quais foram registradas na rubrica de despesas financeiras e receitas financeiras (nota explicativa 26), e geraram reconhecimento conforme demonstrado abaixo.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Valor justo de derivativos registrado como receita financeira (nota explicativa 26)	62.781	13.784
Valor justo de derivativos registrado como despesa financeira (nota explicativa 26)	<u>(93.968)</u>	<u>(26.175)</u>
Resultado líquido dos efeitos da marcação de instrumentos financeiros ao valor justo	<u>(31.187)</u>	<u>(12.391)</u>

Os valores dos ativos foram registrados através da marcação ao mercado dos instrumentos de proteção cambial denominados swaps, que possuem como objetivo a proteção dos empréstimos em moeda estrangeira, com valor nominal (“notional”) de R\$ 20.303 (USD 3.907), que apresentaram a marcação ao valor justo de R\$ (4.463). Abaixo apresentamos os efeitos do registro deste instrumento derivativo.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Valores a receber derivativos registrados no ativo circulante e não circulante	<u>2.652</u>	<u>457</u>	<u>2.652</u>	<u>457</u>
Valores a pagar derivativos registrados no passivo circulante e não circulante	<u>(7.115)</u>	<u>(13.059)</u>	<u>(7.115)</u>	<u>(13.059)</u>